



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA XIV CONFERÊNCIA
DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DA CPLP**

“A propriedade da terra como fator de desenvolvimento”

**Salão Nobre do MNEC, Díli
22 de junho de 2015**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Suas Excelências

Senhor Presidente do Tribunal de Recurso
Senhor Procurador-Geral da República
Senhor Provedor dos Direitos Humanos e Justiça

Exmos. Senhoras e Senhores

Ministros da Justiça dos Estados-Membros da CPLP
Representante do Secretariado Executivo da CPLP
Membros das Delegações dos Estados-Membros da CPLP
Corpo Diplomático

Exmos. Senhores Membros do Parlamento Nacional

Caros colegas e membros do Governo

Senhoras e senhores,

Sejam bem-vindos a Timor-Leste! Estamos muito satisfeitos em recebê-los, Senhoras e Senhores Ministros da Justiça da CPLP e respetivas delegações, no nosso país. Espero que se sintam em casa porque é em casa que gostamos de receber a nossa família, os nossos irmãos.

Permitam-me também uma saudação especial ao representante do Ministério da Justiça da Guiné-Bissau, cuja presença confirma a plena restauração da ordem constitucional neste nosso país irmão o que é, para todos nós, motivo de grande contentamento.

Timor-Leste integra, desde 2003, a Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP e, enquanto país que assume a Presidência *pro tempore* da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, orgulha-se de acolher este ano a XIV edição desta Conferência bianual com um tema tão oportuno como “A propriedade da terra como fator de desenvolvimento”.

A nossa Comunidade volta, portanto, a reunir-se em Díli para refletir sobre temas absolutamente fundamentais a uma sociedade próspera e desenvolvida. Assim, na sequência das reuniões recentes sobre a educação e a solidariedade social e emprego dedicamo-nos agora a um tema tão importante como o setor da justiça.

Partilhamos uma matéria que toca a todas as nações, acredito que em particular às nossas, que têm uma matriz jurídica muito comum. Esta Conferência vai permitir, portanto, que apresentemos e partilhemos as nossas experiências, cada um com as suas especificidades, proporcionando uma oportunidade para refletirmos em conjunto, perante as mais diversas abordagens que enfrentamos atualmente.

Quando assumimos a presidência da nossa Comunidade, quisemos dar-lhe um carácter global, considerando o facto de a globalização ser uma realidade à qual nenhum país pode ser alheio. Queremos aproveitar a globalização para dar um forte impulso ao crescimento

económico dos nossos países, quer no seio da nossa Comunidade quer a nível regional e internacional.

Timor-Leste beneficia de uma posição geoestratégica privilegiada, entre o oceano Pacífico e o oceano Índico, colocando-nos numa importante posição entre o Sudeste Asiático e o Pacífico. Podemos e devemos, portanto, aproveitá-la como plataforma para potencializar a nossa competitividade como Comunidade e abrir as portas à globalização económica.

O nosso país tem feito, por isso, um esforço para atrair investimento, nacional e estrangeiro, promovendo o desenvolvimento sustentável do setor económico. Continuamos a apoiar um tecido empresarial e de negócios, que inclui também um setor privado diversificado.

Para que consigamos atrair esse investimento fundamental ao nosso desenvolvimento, temos de oferecer condições que representem mais segurança e menos risco para todos, inclusive para os investidores, sob pena de não conseguirmos captar o que nos vai permitir diversificar a nossa economia. E se para isto contribuem muitos setores, o setor da justiça é absolutamente fundamental e onde se enquadra, também, a questão da propriedade da terra.

Sabemos que, desde há muitos séculos mas também nos dias de hoje, a agricultura é uma das principais fontes de riqueza de muitos povos e populações, o que confere à terra um enorme potencial económico na medida em que é geradora de rendimento e, portanto, tida como um importante fator de saída da pobreza.

Sabemos também que a terra por si só, independentemente de ser utilizada para fins privados ou para o desenvolvimento de projetos de interesse nacional, acaba por influenciar direta ou indiretamente o indivíduo ou a sociedade no seu todo.

Todos nós representamos países que, tendo em conta a nossa história, têm vindo a encontrar dificuldades no registo de propriedades que eram pertença dos nossos antepassados mas cuja apropriação não foi formalmente regularizada. No tempo colonial, muitas foram as terras alvo de atribuição direta, muito provavelmente durante os anos de ocupação muitos viram as suas terras serem tomadas e redistribuídas e hoje, que somos um país independente, muitos reclamam os seus direitos sobre as mesmas. Estas são características que países saídos de uma situação de conflito têm em comum.

Por outro lado, enfrentamos atualmente questões distintas desde as reformas agrárias, a delimitação de áreas de terras, a expropriação de terrenos em prol do desenvolvimento de projetos nacionais, compensações e até mesmo a possibilidade de reverter para o Estado a propriedade de terrenos que não são reivindicados.

Em Timor-Leste, no que respeita ao processo de reforma da propriedade fundiária, encaramos desafios que estão relacionados:

- com terrenos agrícolas baseados no direito consuetudinário;

- com terrenos urbanos que carecem de mapeamento/divisão e inequívocos direitos de propriedade, e

- com terrenos governamentais que podem ser utilizados para pôr em prática projetos de investimento, que sejam de maior interesse para o país e que representem um impacto positivo na vida dos timorenses.

Por isso, para o VI Governo é crucial agilizar a legislação sobre a regularização da propriedade da terra, aquela que nós designamos por Lei das Terras e Propriedades. Estamos fortemente empenhados em continuar o processo de regularização da propriedade da terra e promover o registo da titularidade da propriedade privada, para que todos possam gozar e tirar proveito de um bem que lhes pertence.

Em 2008 teve início o projeto-piloto “Ita Nia Rai”, numa parceria entre a Direção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais do Ministério da Justiça e a USAid, passando em 2012 a recolha de informações sobre a titularidade de bens imóveis a ser feita pela nossa Direção Nacional.

Este é um processo moroso e complexo pelo que sentimos necessidade de implementar um serviço que utilize tecnologias modernas e precisamente há um ano, em 2014, foi lançado o Sistema Nacional de Cadastro, um serviço prestado pela Direção Nacional do Ministério da Justiça. Este serviço permite-nos fazer o levantamento do cadastro das terras e propriedades de todo o país, tentando congrega numa base de dados todas as parcelas de terreno de todos os municípios de Timor-Leste, recolhendo assim os dados para efeitos de identificação de parcelas de terras, resolução de disputas e posterior registo dos títulos assim como tributação do património.

Atualmente temos recolhida informação cadastral completa de mais de 30.500 parcelas e esperamos, até final deste ano, atingir as cerca de 65.000 parcelas. A estas serão, ainda, adicionadas as cerca de 50.000 parcelas identificadas no projeto “Ita Nia Rai” e que irão migrar para este novo sistema.

Esta é uma questão importante para garantir o pleno, equilibrado e duradouro desenvolvimento económico de Timor-Leste na medida em que incentiva o investimento económico, nacional ou estrangeiro, e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando os interesses do povo timorense e da nação.

Temos de saber aproveitar a nossa Comunidade, mas também as organizações regionais onde estamos inseridos, para atrair investimento. Não teremos empresários interessados, em apostar no nosso país, nas mais diversas áreas, se não garantirmos condições mínimas que assegurem os seus investimentos, que por sua vez trazem crescimento e criam de emprego.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Precisamos, também, de um setor de justiça que seja credível e que a todos transmita confiança. Neste sentido, necessitamos de proceder a uma reforma capaz de reforçar este setor e consolidar a paz e estabilidade. É fundamental ter um sistema judicial forte, que garanta e proteja os direitos dos cidadãos e que, ao mesmo tempo, permita um desenvolvimento sustentado.

Assim, o VI Governo está empenhado na harmonização e uniformização das leis, bem como na introdução de reformas no setor da justiça, que possibilitem a agilização das questões processuais no âmbito das políticas e medidas para garantir um melhor funcionamento das instituições e para uma justiça mais eficiente e célere. Temos que melhorar o acesso à justiça de todos os cidadãos, mantendo inequivocamente o princípio da independência de poderes.

O setor da justiça é um pilar crucial e transversal para o desenvolvimento do país a vários níveis. Não nos podemos esquecer que a atuação da justiça e os trâmites dos processos constituem um forte contributo para a perceção da justiça em Timor-Leste. Num Estado democrático, os políticos regem-se pelos princípios democráticos e o sistema judicial dá ênfase ao direito, sendo que importa que os interesses do Estado sejam bem representados. É preciso que impere o bom senso e que nunca se perca de vista o todo, ou seja, o interesse nacional.

E para que os sistemas de justiça funcionem não podemos descuidar a formação e qualificação dos nossos recursos humanos. O Centro de Formação Jurídica, que é o centro de formação por excelência de todos os atores judiciais, tem contribuído para o aumento dos profissionais desta área. Até ao momento, entre estagiários e profissionais de carreira, contamos com 34 Magistrados Judiciais, 30 Defensores Públicos e 132 Advogados. A estes juntam-se, ainda, 7 Notários/Conservadores e 78 elementos da Polícia Científica de Investigação Criminal, engrossando assim o número daqueles que possuem competências que vão permitir melhorar o sistema judicial em Timor-Leste.

São números muito animadores mas ainda não são suficientes, precisamos de mais meios e de mais recursos humanos para acompanhar o desenvolvimento da nossa sociedade e do nosso país e poder continuar a prestar assistência legal, judicial e extrajudicial plena e gratuita aos cidadãos que não dispõem de meios para o fazer. Este é um grande desafio para o nosso jovem Estado, desafio que encaramos com responsabilidade e que, infelizmente, não se ultrapassa de um dia para o outro.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Estes dois dias de encontros vão, também, permitir que sejam apresentados outros temas, igualmente importantes, no domínio da justiça e que assumem um carácter de relevo dentro da nossa Comunidade de países irmãos.

Aproveitemos o ensejo desta Conferência para, em conjunto, apreciar as apresentações do processo de criação da Constituição do Conselho dos Diretores dos Serviços

Prisionais/Penitenciários, as conclusões da Comissão de Trabalho sobre Tráfico de Seres Humanos e da Comissão de Trabalho que procedeu ao levantamento da situação atual da proteção internacional das crianças no espaço da CPLP assim como respetivo Plano de Ação e que dará origem à Declaração de Díli sobre este mesmo tema.

Esta é, sem dúvida, mais uma oportunidade que temos para promover o desenvolvimento das relações de cooperação entre os nossos países. É nessa expectativa que estamos, também, a envidar esforços para restabelecer a cooperação bilateral com Portugal no setor da justiça e a discutir outros protocolos de cooperação neste setor com outros países parceiros como é o caso de Moçambique.

E como a vossa agenda é bastante preenchida, não me vou alongar muito mais. Cabendo agora ao Ministro da Justiça de Timor-Leste assumir o cargo de Presidente, gostaria de dirigir uma palavra de apreço à Presidente cessante, a Ministra da Justiça de Portugal, pelo apoio e empenho prestado durante o seu mandato. Aproveito igualmente para agradecer a Portugal os seus esforços de cooperação na área da justiça, que acredito assumirá, a breve trecho, uma nova fase mais “madura”.

Faço votos para que os trabalhos sejam um sucesso e para que, no espírito da amizade que comungamos, consigam alcançar resultados que venham a refletir-se na melhoria de vida dos nossos povos e que, ao mesmo tempo, fomentem a atividade económica e possibilitem o desenvolvimento dos nossos Estados.

Bem hajam!

Dr. Rui Maria de Araújo
22 de junho de 2015